



- ▶ Regras de Transmissão de Mandatos
- ▶ Desafios da Gestão de Saúde



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

# *Prestações de contas de convênios na transição de mandatos*



- ▶ Regras de Transmissão de Mandatos
- ▶ Desafios da Gestão de Saúde

**Waldemir Paulino Paschoiotto**

*Tribunal de Contas da União*

*Secretário de Controle Externo em Mato Grosso*



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

## ***Prestações de contas de convênios na transição de mandatos***

1. O TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle;
2. Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos;
3. Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios;
4. Processo de Tomada de Contas Especial (TCE);
5. Precauções no último ano de mandato.

# *O TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle*



- ▶ Regras de Transmissão de Mandatos
- ▶ Desafios da Gestão de Saúde

# 1



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

## *O TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle*

- Órgão const
- Tribunal adr
  - Julga con federais.
- Órgão coleg
  - Nove mini
  - Plenário e



CF.

is”):

os de recursos



# *O TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle*

## **TCU – Características**

- Órgão constitucional – arts. 71 e 73 da CF.
- Tribunal administrativo (“Corte de Contas”):
  - Julga contas de administradores públicos de recursos federais.
- Órgão colegiado
  - Nove ministros;
  - Plenário e duas Câmaras;
  - Unidades em Brasília e nas 26 capitais estaduais.





# 1

## *O TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle*

### **1. Fiscalizadora**

- Realizar fiscalizações (auditorias e inspeções).
- Iniciativa própria, solicitação do CN, apuração de denúncias e representações.

### **2. Judicante**

- Julgar contas de administradores públicos de recursos federais.



# 1

## *O TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle*

### TCU – Funções

#### **3. Sancionadora**

- Aplicar sanções previstas na Lei 8443/92.

#### **4. Corretiva**

- Fixar prazo para adoção de medidas corretivas, quando da constatação de irregularidade/ilegalidade em ato de gestão.
- Sustar ato administrativo impugnado.

#### **5. Normativa**

- Expedir instruções e atos normativos.

#### **6. Consultiva**

- Elaborar Parecer Prévio das contas do Presidente da República.
- Examinar consultas, em tese.





# *O TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle*

## **TCU – Funções**

### **7. Informativa**

- Prestar informações ao CN/Casas/Comissões sobre a ação do TCU.
- Representar a poder competente.

### **8. Ouvidoria**

- Receber denúncias e representações.

### **9. Educativa**

- Recomendar em processos.
- Orientar e informar sobre melhores práticas de gestão.
- Editar publicações.
- Participar de seminários, reuniões e encontros.



# *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*



- ▶ Regras de Transmissão de Mandatos
- ▶ Desafios da Gestão de Saúde

# 2



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

# ***Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos***

## **Limites da Atuação do Gestor Público Municipal**

### **Princípios e Fundamentos**

- Legalidade
- Moralidade
- Licitação
- Prestação de Contas
- Supremacia do Interesse Público
- Indisponibilidade do Patrimônio Público
- Eficiência
- Impessoalidade
- Economicidade
- Publicidade



## *Cuidados dos gestores municipais na aplicação de recursos recebidos*

Conhecimento dos procedimentos de



### **Novidades**

- Conhecer os procedimentos de prestação de contas (Ex. Portal dos Convênios SICONV);
  - Simplificação dos normativos;
  - Padronização de processos;
  - Nova sistemática de gestão financeira.
- Conhecer os procedimentos de prestação de contas dispostas no contrato de repasse, termo de compromisso ou instrumento similar.



## *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*

### **Verificação da Adimplência ou Inadimplência**

#### **É Importante que o prefeito:**

- Verifique a situação do município perante os órgãos e entidades federais
- Pesquise a situação de regularidade:  
<https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br>





## Súmula AGU 46/2009:

*"Será liberada da restrição decorrente da inscrição do município no SIAFI ou CADIN a prefeitura administrada pelo prefeito que sucedeu o administrador **faltoso**, quando tomadas todas as providências objetivando o ressarcimento ao erário."*





# *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*

## **Liberação dos Recursos Federais**

- Os recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso, metas e etapas da execução do objeto;
- As verbas, inclusive da contrapartida, serão depositadas e geridas na **conta bancária específica, abertas em bancos federais;**
- Os débitos na conta devem referir-se a pagamentos de despesas constantes do plano de trabalho.



## *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*

### **Aplicação dos Recursos Federais**

- Os recursos enquanto não são utilizados na sua finalidade **deverão ser aplicados financeiramente**;
- Os rendimentos das aplicações financeiras somente poderão ser utilizados na execução do objeto do convênio;
- As receitas financeiras **não poderão ser computadas como contrapartida do conveniente.**



## *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*

### **Disponibilização e Aplicação da Contrapartida, Quando Prevista**

- Para recebimento dos recursos federais, o convenente deverá **comprovar o cumprimento da contrapartida prometida (financeira ou bens e serviços quantificados monetariamente)**;
- A não utilização da contrapartida prometida para o convênio **é motivo para não aprovação da prestação de contas do convênio e instauração de TCE**;
- As sucessivas LDO definem os percentuais mínimos e máximos para a contrapartida financeira.



## ***Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos***

### **Contabilização e Inclusão dos Recursos Federais no Orçamento Municipal**

- As verbas federais recebidas por meio de convênios deverão ser contabilizadas e incluídas no orçamento municipal e depositadas na conta específica;
- As verbas federais não podem ser confundidas com recursos próprios do município, de livre aplicação. Não podem transitar pela conta tesouro do conveniente.



## *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*

### **Execução do Convênio – Contratação de Terceiros (Fornecedores)**

- As contratações de fornecedores de bens e serviços (execução do objeto do convênio) deverão ser antecedidas de licitação;
- Registrar os atos licitatórios no **SICONV**.





## Atualização dos limites das modalidades de licitação

- Decisão inovadora do TCE-MT;
- Lei 8.666/93 é normal geral de licitações;
- Possibilidade de os municípios atualizarem os limites, editando normas específicas.

## ATENÇÃO!

- Na aplicação de recursos públicos federais recebidos os normativos preveem a observância à 8.666/93;
  - O TCU ainda não deliberou sobre a matéria;
  - Recomenda-se prudência.



## ***Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos***

### **Execução do Convênio – Pagamentos a Terceiros (Fornecedores)**

- Os pagamentos/desembolsos com débito na conta do convênios e crédito na conta do fornecedor deve ter vinculação (nexo) com a realização dos serviços e entrega dos bens conveniados;
- Pagamento a crédito da conta do próprio conveniente e em espécie, são procedimentos excepcionalíssimos, devendo ser justificados;
- Inclusão das informações dos pagamentos no SICONV.



## ***Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos***



### **É Proibido Durante a Execução do Convênio (I)**

- Realizar despesas a título de taxa de administração;
- Pagamento de servidor público por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- Utilizar os recursos do convênios em finalidade diferente daquela para qual foi celebrado;
- Realizar despesa anterior e posterior à data da vigência do convênios;



## *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*



### **É Proibido Durante a Execução do Convênio (II)**

- Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros e correção monetária;
- Transferir recursos para clubes e associações de servidores;
- Realizar despesas com publicidade pessoal.

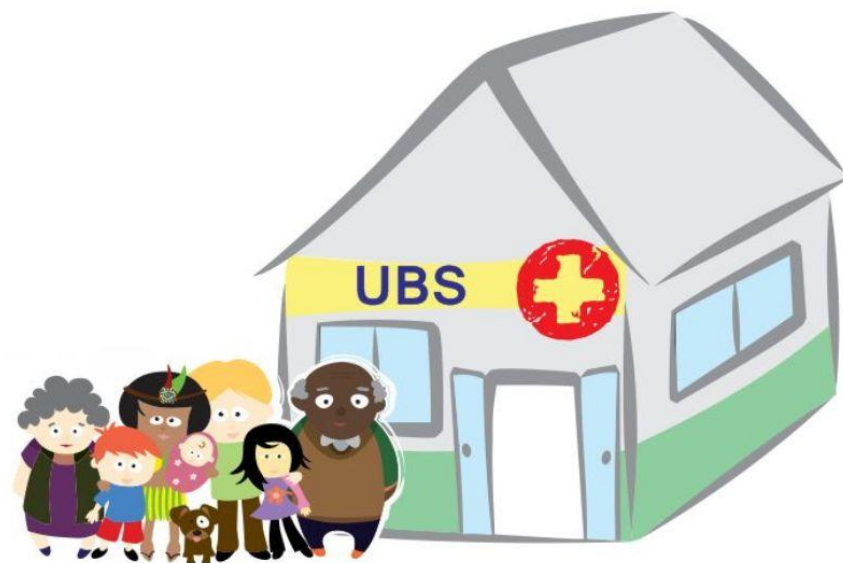


## ***Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos***

### **Readequação na Execução do Plano de Trabalho**

- **É proibido alterar o objeto do convênio;**
- É possível modificar para mais ou para menos as metas do convênio, desde que não prejudique as funcionalidades do objeto conveniado;
- A proposta de readequação das metas do objeto deve ser encaminhada ao concedente 30 dias antes do fim da vigência ou no prazo estipulado no próprio convênio.





**Objeto do convênio: construção de escola.**





**Objeto do convênio: Pavimentação urbana na Rua da Independência e Avenida das Ameixeiras.**





## *Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos*

### **Identificação e Guarda dos Documentos do Convênio**

- Todos os documentos produzidos no convênio devem ser identificados com seu número de origem;
- O conveniente deve guardar em boa ordem, pelo prazo de **10 anos**, nos arquivos da prefeitura, os documentos do convênio, contados da aprovação de sua prestação de contas.



## ***Cuidados dos gestores municipais na aplicação dos recursos federais recebidos***

### **Apresentar a Prestação de Contas dentro do Prazo**

- O prazo para enviar a prestação de contas consta do convênio;
- A omissão no dever de prestar contas é conduta grave e resulta na instauração de TCE e julgamento pela irregularidade no TCU;
- O prazo para prestação de contas geralmente é de 60 dias após o fim da vigência do convênios ou da conclusão do objeto, o que ocorrer primeiro.



# *Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios*



- ▶ Regras de Transmissão de Mandatos
- ▶ Desafios da Gestão de Saúde

# 3



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Competência do Tribunal de Contas da União (TCU)**

- Compete ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos federais repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos congêneres, ao DF, Estados ou Municípios ou a qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada.
- Essa competência não exclui a atuação dos outros órgãos de controle, a exemplo da fiscalização da Controladoria-Geral da União (CGU) ou do Tribunal de Contas do Estado (TCE), no que tange à contrapartida do ente municipal.



## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Julgamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) - I**

- Compete ao TCU **julgar as contas** de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, bem como dos responsáveis que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte **dano ao erário**.
- Ao julgar as contas, o TCU decidirá se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares.



## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Julgamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) - III**

O TCU julgará irregulares as contas quando demonstrada qualquer das seguintes ocorrências:

- omissão no dever de prestar contas;
- prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico (com ou sem dano ao erário), ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.





## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Consequências do Julgamento do TCU pela Irregularidade das Contas (I)**

- Obrigação de o responsável, no prazo de 15 dias, provar, perante o Tribunal, o pagamento da quantia correspondente ao débito que lhe tiver sido imputado ou da multa imposta;
- título executivo suficiente para a cobrança judicial da dívida decorrente do débito ou da multa, se não recolhida no prazo;
- fundamento para a aplicação da sanção e da medida cautelar.



## *Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios*

### **Consequências do Julgamento do TCU pela Irregularidade das Contas (II)**

- São **inelegíveis** todos aqueles que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas **rejeitadas por irregularidade insanável** que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário.

*OBS.: Cabe à Justiça Eleitoral declarar a inelegibilidade.*



## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Responsabilidade Solidária**

Em decorrência das irregularidades evidenciadas, o TCU no julgamento das contas fixará a responsabilidade solidária:

- do agente público que praticou o ato irregular; e
- o terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado, recebimento indevido ou pagamento superfaturado.



## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Principais Motivos que Ensejam Condenações no TCU**

#### **Omissão no Dever de Prestar Contas**

- A prestação de Contas é dever do gestor e direito da sociedade;
- O gestor público tem o dever de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, por meio da competente prestação de contas;
- Constitui irregularidade motivadora de TCE;
- Constitui crime de responsabilidade;
- Constitui ato de improbidade Administrativa;
- Envio fora do prazo é necessário justificar o atraso.



## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Principais Motivos que Ensejam Condenações no TCU**

#### **Desvio de Objeto e de Finalidade**

- Desvio de Objeto – executa diferentes ações do plano de trabalho, mas na mesma área de governo;
- Desvio de Finalidade – executa diferentes ações do plano de trabalho e em diferentes áreas de governo;
- Desvio de finalidade e de objeto com benefício à municipalidade resulta em responsabilização solidária do município convenente;
- Ambas irregularidades motivam a não-aprovação das contas e a instauração de TCE.



## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Principais Motivos que Ensejam Condenações no TCU**

#### **Não –Aplicação da Contrapartida do Conveniente**

- Execução de objeto sem aplicação da contrapartida prometida: devolução proporcional ao concedente;
- Responsabilização solidária do município conveniente;
- É irregularidade motivadora da não-aprovação das contas e instauração de TCE.





## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Principais Motivos que Ensejam Condenações no TCU**

#### **Inexecução Total ou Parcial do Objeto Conveniado**

- Inexecução de metas e etapas do plano de trabalho acordado, com utilização dos recursos e sem execução total do contrato assinado com a construtora/fornecedor: responsabilização do gestor municipal e da contratada;
- Inexecução de metas e etapas do plano de trabalho acordado com utilização dos recursos e execução total do contrato assinado com a construtora/fornecedor: responsabilização do gestor municipal;
- Valor do débito: percentual de inexecução do objeto.



## ***Fiscalização dos recursos federais recebidos pelos municípios***

### **Penalidades Aplicáveis aos Prefeitos Municipais (I)**

No exercício das funções constitucionais e legais, o TCU pode aplicar aos prefeitos penalidades pecuniárias e restritivas de direito:

- Multa de até 100% do valor do dano ao erário;
- Condenação a restituir o dano ao erário;
- Inabilitação para o exercício de cargo ou função pública;
- Afastamento temporário do gestor público de suas funções;
- Indisponibilidade de bens;
- Apreensão de bens.



# *Processo de Tomada de Contas Especial (TCE)*



- ▶ Regras de Transmissão de Mandatos
- ▶ Desafios da Gestão de Saúde

# 4



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

## ***Processo de Tomada de Contas Especial (TCE)***

### **Especificidades da TCE (Norma Base IN TCU 71/2012)**

- É um processo administrativo excepcional, deflagrado em caso de dano ao erário;
- É instaurada após esgotadas as medidas internas visando a correção da irregularidade constatada;
- Causa inadimplência do município conveniente e do responsável;
- É um instrumento de controle interno saneador e de controle externo sancionador;
- Seu julgamento no TCU constitui título executivo.



## ***Processo de Tomada de Contas Especial (TCE)***

### **Especificidades da TCE**

#### **Autoridade Competente para Instaurar a TCE**

Esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido, a **autoridade administrativa federal competente** deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial.

- Cabe à autoridade administrativa do órgão ou entidade concedente dos recursos a instauração da TCE





## Súmula TCU 230

*“Compete ao prefeito **sucessor** apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu **antecessor**, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de co-responsabilidade”*



# *Precauções no último ano de mandato*



- ▶ Regras de Transmissão de Mandatos
- ▶ Desafios da Gestão de Saúde

# 5



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

## ***Precauções no último ano de mandato***

### **Último Ano de Mandato e Período de Eleições Municipais**

No último ano de mandato há eleições municipais, em que poderá haver continuidade da atual gestão (reeleição) ou alteração na gestão municipal.

Portanto, é importante redobrar os cuidados na gestão patrimonial, das finanças públicas e das transferências federais, com vistas a dar condições de **continuidade administrativa** e evitar eventual **responsabilização**.



## ***Precauções no último ano de mandato***

### **Transferências Federais**

É importante para a continuidade administrativa e evitar eventual responsabilização:

- Realizar levantamento da situação de todos os convênios celebrados com o município;
- Verificar se as prestações de contas dos convênios já foram encaminhadas aos órgãos concedentes;
- Organizar os arquivos e documentos dos convênios junto à prefeitura;
- Verificar o estágio da execução física dos objetos e se a contrapartida foi aplicada.





## Anexo I – Quadro de sugestões de medidas administrativas facultativas

Para cada tipo de situação que está indicada no Siconv, apresentamos, a exclusivo critério do gestor, o caráter subsidiário e facultativo, a adoção das seguintes medidas administrativas:

Ofício-Ci

Ao(à) Ex

ano, que  
que, exis  
município  
repassad  
Federal (C  
2.  
federais  
apresenta  
seja, em  
3.  
comprova  
responsat  
pessoa ju  
os Acórdi

| Situação  | Condição  | Sugestões de medidas que podem ser adotadas   |
|---|---|---|
| a) “Aguardando prestação de contas” ou “Inadimplente” | a.1) Se o “Dia Limite da Prestação Contas” já tiver expirado e estiver <u>dentro do mandato</u> do atual prefeito, e desde que o “Valor desembolsado” não seja zero | a.1.1) Confirmar com o órgão repassador se de fato a prestação de contas não foi encaminhada (ainda que em meio físico, ou no Siconv);<br>a.1.2) Caso tenha sido encaminhada, e o Siconv apresente informação divergente, tratar da situação com o concedente para que o sistema seja atualizado;<br>a.1.3) Caso a PC não tenha sido efetivamente entregue, enviar, com a maior celeridade possível, a prestação de contas ao órgão repassador; |
|   | a.2) Se o “Dia Limite da Prestação Contas” já tiver expirado e for <u>anterior ao mandato</u> do atual prefeito, e desde que o “Valor desembolsado” não seja zero   | a.2.1) Verificar com o órgão repassador se foi instaurada TCE ou Contas Especial, e a situação atual da TCE;<br>a.2.2) Avaliar com o órgão repassador a possibilidade de a prestação de contas ainda que com atraso, a prestação de contas;<br>a.2.3) Avaliar a adoção de medidas legais visando ao resgate do patrimônio público municipal, nos termos da Súmula n. 230 do TCU;  |
|   | a.3) Se o “Dia Limite da Prestação Contas” ainda não tiver expirado, e desde que o “Valor desembolsado” não seja zero   | a.3.1) Inserir e manter a documentação (licitações, contratos, despesas fiscais, pagamentos, relatórios, etc) no Siconv, relativos à execução e procedimentos já realizados;<br>a.3.2) Sendo o caso, avaliar com o concedente a necessidade de prorrogação dos prazos;  |
|   | a.4) Se o “Valor desembolsado” for zero, ou   | a.4.1) Verificar com o órgão repassador a real situação financeira do município, para verificar se há possibilidade de  |

## ***Precauções no último ano de mandato***

### **Proibições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**

É importante para a continuidade administrativa e evitar eventual responsabilização, observar:

- Limites com despesa com pessoal **(60% da RCL)**;
- Proibição **(crime)** de realizar operação de crédito por antecipação da receita orçamentária do município;
- Proibição **(crime)** de contrair obrigação de despesa, nos 2 últimos quadrimestres do mandato, que não possa ser cumprida no próprio exercício (restos a pagar).





## ***Precauções no último ano de mandato***

### **Crimes Contra as Finanças Públicas**

Evitar a prática de condutas tipificadas como crimes contra as finanças públicas (Lei nº 10.028/2000):

- Art. 359-A. É considerado crime ordenar, autorizar, ou realizar operação de crédito sem prévia autorização legislativa (penas de reclusão – 1 a 2 anos);
- Art. 359-G. É considerado crime ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura (pena de reclusão – 1 a 4 anos)





## ***Precauções no último ano de mandato***

### **Crime de Responsabilidade**

Evitar a prática de condutas tipificadas como crime de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/1967):

- Art. 1º, inciso XVI. É considerado crime de responsabilidade deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada (Lei nº 10.028/2000 e Decreto-lei nº 201/1967);

**OBS.: Até 2016 a dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder a 120% da RCL.**



## ***Precauções no último ano de mandato***

### **Comissão de Transição de Governo**

É importante para a continuidade administrativa:

- A constituição de uma comissão de transição de governo, com representantes da atual e futura gestão, a fim de trocar informações sobre a estrutura administrativa do município; situação orçamentária, financeira, patrimonial e dos programas e das transferências.





## Extrato conta corrente

A33K121204388555006  
12/07/2012 12:08:48

Cliente - Conta atual

Agência 2210-1  
Conta corrente 13612-3 PIMUS CONVENIO FJA  
Período do extrato mês atual a partir do dia 1

### Lançamentos

| Dt. movimento | Dt. balancete | Histórico           | Documento       | Valor R\$    | Saldo  |
|---------------|---------------|---------------------|-----------------|--------------|--------|
| 12/06/2012    |               | Saldo Anterior      |                 |              | 0,00 C |
| 10/07/2012    |               | Ordem Bancária      |                 |              |        |
| 10/07/2012    |               | BB CP Admin Supremo | 604.887.010.100 | 229.500,00 C |        |
| 12/07/2012    |               | SALDO               | 70              | 229.500,00 D | 0,00 C |

APLIC.COM RESGATE AUTOM.  
SALDO DISPONIVEL

JUROS

DATA DE DEBITO DE JUROS

IOF

DATA DE DEBITO DE IOF

Saldo de fundos de investimento

BB CP Admin Supremo

229.571,36 C  
229.571,36 C  
0,00  
31/07/2012  
0,00  
01/08/2012

229.571,36



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO





Conte a sua própria história.